

## **Resenha: Redes sociais e processo político em J. A. Barnes**

Wendell Marcel Alves Costa<sup>1</sup>

Não se pode, de fato, estudar os homens à maneira do botânico examinando a samambaia ou do zoólogo observando o crustáceo; só se pode fazê-lo comunicando-se com eles.

François Laplantine (2003: 121).

Este trabalho é uma resenha do artigo de J. A. Barnes, intitulado “Redes Sociais e Processo Político”, primeiramente publicado no *Werner-Gren Symposium*, nº32, sobre “Política em nível local”, *Burgwartenstein*, julho de 1966, sendo divulgado também em Swartz M. J. (ed.), *Local-Level Politics* (1968), Aldine Press.

A particularidade de política nacional está imbricada em uma explicação geral dos conceitos que colaboram para realizar uma análise das relações sociais determinantes a um organismo social. Em outras palavras, o sentido macro de política pode incorporar constantes aglomerações de singularidades no campo das eleições e da política, por exemplo. Por outro lado, a política, vista por um recorte de uma antropologia que aguça os sentidos dos significados que perfazem a sociedade, inicia uma discussão acerca de seu funcionamento local, dentro das instituições que não são geridas inicialmente por funções ditas como políticas.

São essas funções, seguimentos obliterados por um viés claramente distanciado de uma essência política que, compartimentadas no mantimento do grupo, categorizam o comportamento político. O funcionamento da política institucionalizada, pode não ser vista em sua aplicação direta, ao contrário, ela pode estar realizando o funcionamento através de diversas atividades sociais, na religião, no esporte ou na realização de festas; por meio disso é “que devemos procurar, onde quer que possamos encontrá-los, aqueles processos através dos quais os indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores” (BARNES, 1987: 160).

Barnes dedica-se em seu texto em identificar de que forma a política tem um sentido funcional em um sistema de eclipse dentro de uma sociedade, organiza sistematicamente o seu

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cientista Social pela UFRN. Integrante do Grupo de Pesquisa Linguagens da Cena: imagem, cultura e representação.

funcionamento através de mecanismos que não são direcionados objetivamente para um fator terminantemente político, em níveis *não-especializados* e em processos *trans-institucional*.

Para levantar suas teorias acerca da política local, o autor vai capacitar seus argumentos no conceito de rede social, fruto do seu trabalho realizado em Bremnes, em uma comunidade na Noruega, onde procurou entender as noções de igualdade de classes e como os indivíduos construíam sentidos acerca dos laços pessoais de parentesco e amizade. J. A. Barnes vai talhar em seus estudos de redes sociais, o trabalho de Fortes (1949), *The Web of Kinship*, resgatando a experiência de Bott (1955, 1957) e a análise de Mayer (1966), que igualmente utilizaram a ferramenta teórica de redes em contextos sócio-políticos diferentes.

Sobre esses autores, e a importância deles na concepção de redes na escola inglesa, Antunes (2012: 13) vai dizer que

Ao analisar as situações de conflito emergentes em determinadas comunidades, na sua maioria dependentes de sistemas de redes para a sua sobrevivência física e social, Barnes e Bott expuseram as circunstâncias que conduziam a situações antagonistas e de conflito no interior de uma rede e a forma em que elas se tornavam determinantes para as relações de influência, poder e hierarquia nessa mesma rede. [...] Se Barnes havia privilegiado, em primeiro lugar, as relações interpessoais e a sua influência nas continuidades e alterações no interior das redes, e se Bott defendeu acima de tudo a utilização do estudo de redes como instrumento de trabalho para compreender as associações interpessoais nas redes, Mitchell transportou os princípios teóricos dos seus colegas para um nível analítico que prescrevia o tratamento de redes estruturadas em torno de ligações pessoais entre indivíduos.

Barnes problematiza que o conceito de rede social vem sofrendo ressignificações com a leitura de produções bibliográficas dos autores, dessa forma o uso dele se adéqua mediante a particularidade de cada pesquisador em seu objeto de estudo.

Questiona-se, portanto, a perda da forma clássica de rede, ou o seu itinerário que ganha corpo com os diversos contextos políticos, sejam eles rurais ou urbanos, que o coloca em demasiada inferência de sentidos. Em uma perspectiva de retroceder junto a uma explicação do método de rede social antes escrito, Barnes pretende em seu texto levantar questões que não foram bem desenvolvidas no seu artigo de 1953, creditando o termo analisado a Radcliffe-Brown, o que não foi feito anteriormente.

Ao contrário de Radcliffe-Brown que denota redes sociais a partir de um conceito ativo e funcional ao mantimento de uma estrutura social, quando para ele função “é a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total da qual é parte” (RADCLIFFE-BROWN, 2013: 164), Barnes se refere a redes como “um conjunto de relações

interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros” (RADOMSKY, SCHNEIDER, 2007: 255).

O funcionamento usual de rede social, para Barnes, precisa ser visto pela ótica de conexões nos processos sociais que estão acima dos limites dos grupos e categorias, infringindo partituras a partir das comunicações entre os indivíduos. “Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos” (BARNES, 1987: 163), assim como a organização que rege a denominação dos dirigentes e líderes dos grupos.

Para compreender as noções de rede social “fechada” e “aberta”, que podem explicar de que maneira determinadas culturas reagem às modificações do tempo e do espaço, Barnes examina as medidas de densidade da rede nos próximos blocos.

A explicação que gira em torno da inferência da rede social total, desenha-se no sentido de que numa colocação que pondera as relações de forma simétrica, agrupando a análise em dois objetos onde cada um inflige ação no outro, resultam em “adjacentes”. Para construir um modelo ideal, necessita instruir um fato empírico onde toda pessoa real impinge em outra determinada ação, gerando não somente um modelo de reativação em outrem como denomina uma rede fechada de acontecimentos em dimensões duais.

Segundo Barnes (1987: 166), acerca da rede social total,

Quer a rede possa ou não ser associada de maneira útil à ‘estrutura social’, não podemos encontrá-la nem aqui nem ali. Independentemente de qualquer coisa, a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde.

Fica claro, portanto, que a rede vai significar uma ligação direta entre os sujeitos. Essas determinações, geradas pelas ligações de colaborações, vão favorecer uma importante explicação sobre a política, a religião e as sutilezas que só podem ser aperfeiçoadas pelo pesquisador em um *feeling* que esteja próximo de um indivíduo-chave desse círculo informacional e complexo, o alfa, que pode radiar ou convergir os conjuntos de relações, o que Mitchell vai chamar de “rede egocêntrica delimitada”.

Em Mitchell (Antunes, 2012: 13),

As ligações interpessoais eram baseadas em dois princípios distintos. O primeiro era baseado na ideia de troca. [...] O segundo assumia a imposição de regras e normas sociais conducentes a uma uniformização de comportamentos individuais e regulamentação do funcionamento da rede.

No entanto, Barnes opta por *estrela de primeira ordem* para narrar os movimentos de relacionamento de informações. A rede social, abstrata é certa, pode facilitar o

encaminhamento até a comunicação que vai direcionar a veracidade das informações para o chefe do grupo.

Quando a informação confeccionada, seja ela uma *informação* que pode correr no grupo produzindo conflitos dentro dele, não precisa ser comprovada pelo iniciador do processo, mas como ela está sendo gerada em todo o corpo coletivo, cada um pode declarar seu discurso sobre o misticismo que ronda entre eles (SCHRIVAS & BÉTEILLE, 1964 *apud* BARNES, 1987: 167). A partícula dessa rede social total, Barnes vai chamar de “rede parcial” – as redes políticas e religiosas de Cohn e Marriott (1958), a rede política de Mayer (1962) –, o que provoca não só uma quebra sistemática na grande rede social, como cria, simbolicamente, uma recente rede social, amiúde a uma parcial.

Percebe-se a coerência de rede social total identificada por Barnes, com a exemplificação dada por Mauss (1974), na referência das instituições proclamadas nas populações analisadas pelo estudioso, quando narra as significações das instituições totais que podem propor uma pluralidade de significados culturais e simbólicos em um mesmo evento. A partícula de “rede parcial”, nesse caso, exemplificando uma festividade do tipo casamento, é a religiosidade da tribo, a hierarquização política mediante a distribuição de presentes, na política e na economia.

De acordo com Barnes (1987: 168), a noção de densidade vai aparecer quando “alguns dos contatos de qualquer Alfa são adjacentes entre si”. Na relação dual de rede, cada par compreende um sujeito-Alfa, comportando-se como uma *zona primária* das relações sociais de Alfa. O sujeito-Beta, que tem contato direto com Alfa, pode levar informações para ele dos outros sujeitos que compõem a rede, portanto Alfa não precisa necessariamente recorrer aos demais. O que podemos chamar de relação de contatos de segunda ordem.

Contudo, pode acontecer das informações semelhantes em processos comunicacionais produzirem ruído transmitido no decorrer da transmissão da mensagem de Beta para Alfa, em relação ao que foi dito pelos demais, gerando mal-entendidos e conflitos.

A partir dos agrupamentos dos laços efetivos, Epstein (1961 *apud* BARNES, 1987: 174) demonstrou que se Alfa é um membro de um grupo da elite,

Ele e sua rede efetiva, ou círculo efetivo de amigos comuns, determinam e articulam, através das suas fofocas, um conjunto de normas e valores apropriados que passam então a ser disseminados para o público mais amplo, por intermédio de outros amigos de Alfa.

Entrementes, a densidade da rede pode ser verificada por qualquer componente dela, ainda que não exista uma ligação forte com os espaços específicos da rede, perpassando os demais, contudo destaca-se a importância de saber que densidade de grupo Alfa pertence na

divisão dos agrupamentos. Por outro lado, a densidade do agrupamento não pode ser complementada de forma igualitária por seus membros, por exemplo, quando um ou dois sujeitos estão condicionados a realizar a tarefa suprema de fornecer mais informações do que os vizinhos. Através desses dois vão passar mensagens importantes, que traçam um desenvolvimento de todo o grupo, e por onde sofreram a filtragem de suas consciências até chegar ao sujeito-Alfa.

Tomando como exemplo a figura 7, Barnes (1987: 177) vai mostrar que a função orgânica possui determinados sujeitos no corpo social:

Podemos, também, descrever Q como um membro essencial, pois se o removermos, a densidade do conjunto formado pelos sete membros remanescentes cai para 76%, o que está abaixo do valor crítico de 80%. Nenhum dos outros membros do agrupamento é essencial neste sentido. Existe aqui um paralelo com a distinção estabelecida pela *graphtheory* entre pontos enfraquecedores, neutros e fortalecedores (ROSS & HARARY, 1959: 141; Cf. FLAMENT, 1963: 39-40).

A discussão se caso uma rede seja finita – número ilimitado de pessoas – ou infinita – número indefinidamente grande de pessoas –, já encontrou uma resposta semelhança entre os autores: ambos concordam que as duas podem formar uma rede social. Contudo, Barnes vai desconstruir esse paradigma dizendo que existem certos casos em que ocorre da rede ser subliminarmente uma ou outra, como em Bremnes – infinita – e com os Tikopia – finita. O que determina a longínqua ou curtíssima rede são as relações e os laços fortes, no primeiro, por exemplo, quando um sujeito muda-se para outra região mas não perde a comunicação com os seus conterrâneos durante os anos; e a sensível compactação das informações, no segundo, quando uma impossibilidade de relacionamento persiste no grupo.

O encadeamento provocado pelo sujeito-Alfa a fim de ativar nos seus pares de ordem primária, visam representar uma decisão desse primeiro indivíduo, perceptíveis em uma atividade de *conjunto-de-ação*. Largamente se observa como as categorias de redes sociais, levantadas nas partituras gráficas e teóricas por Barnes, vão remeter na influência que os estudos sobre política local interferem nesta questão. A formação do grupo de ação precisa ser encadeada de forma amarrada, para que se possa alcançar o objetivo almejado.

Resgatando o seu texto de 1954, Barnes comenta que dividiu a rede total da sociedade de Bremnes em três campos: sistema territorial, sistema industrial e o terceiro expresso como a “rede de laços sociais entre pares de pessoas, que se origina a partir de considerações de parentesco, amizade e reciprocidade” (BARNES, 1987: 184), produzindo neste último uma subcategoria de rede de classes. Barnes reflete baseado nos exemplos de Mayer, que um homem político pode muito bem angariar relacionamentos de amizade e de luxúria, no

mínimo para conseguir seus objetivos, não importando a força com que esses laços vão ser construídos: para isso, um voto de partido para vencer a eleição não exigirá uma complacência verdadeira com a situação que vive seu corpo eleitoreiro, mas sim tramitar com desdém em sua vida, pensando tão somente seu próprio benefício.

Os laços de amizade vão ganhando, no processo político, nova característica de relacionamento e de sentimento social, munida de interesses econômicos e de contratos muitas vezes afirmativos entre os pares.

Em seu último momento, acerca das sociedades tribais e das sociedades industriais, Barnes confessa que foram reconhecidas os meandros de uma formalização do drama social, sobre a análise da rede social, onde os métodos mostram “os motivos pelos quais um indivíduo escolhe em um contexto específico um curso de ação e não outro, [...] quando e como escolhe selecionar um determinado contato entre muitos possíveis, recorrendo a um determinado princípio e não a outros” (BARNES, 1987: 187).

Em suma, o autor vai dizer o quão será fácil traçar uma rede social em uma sociedade tribal da África, onde não existem sujeitos desconhecidos no sistema de trocas sociais. Diferentemente, em sociedades industriais – redes esparsas – as pessoas desconhecem uns aos outros, além de existir ali um coeficiente de modernidade e mudança nas relações e nos mantimentos afetivos, provocados pela alta tecnologia e pelo consumo de massa.

Pelo contrário, “a sociedade rural semi-industrial de Bremnes se situa bem no meio dos dois extremos” (BARNES, 1987: 187). No caso do grupo tribal – redes densas –, a dificuldade do conjunto-ação reside quando as pluralidades de relacionamentos fazem parte da sociedade, nublando um agente único de mobilização. Enfim, a concepção de redes sociais está engajada no testamento de que a organização se dá através de forma que se diferenciam mediante o grupo e o estado social, desenvolvendo-se de acordo com os usos de tecnologias e fatores preponderantes para a sua ressignificação no corpo social e na análise antropológica que oferece aos pesquisadores.

Segundo Marteleto (2001), a ideia de uma teoria de redes sociais ainda não existe. Para ela, “o conceito pode ser empregado com diversas teorias sociais, necessitando de dados empíricos complementares, além da identificação dos elos e relações entre indivíduos”, podendo ser “aplicada no estudo de diferentes situações e questões sociais” (MARTELETO, 2001: 72).

Percebe-se como o conceito está transdisciplinarizado nos campos do conhecimento humano, podendo ser visto na economia, na tecnologia e na história dos cruzamentos sociais. A comunicação de redes sociais, agora, pode chegar aos processos instantâneos de

transmissão de mensagens em um sem número de indivíduos, por isso questionamos: o esquema clássico proposto por Barnes ainda vinga dentro desse novo quadro de redes sociais?

Por um momento, resgatamos as noções iniciais de redes sociais de Barnes, inferindo seu contexto teórico e histórico, tentando traçar os manuais dos conceitos trabalhados. Contudo, devemos atentar para que a linha de pesquisa acerca de organização política local não se perca na descrição do funcionamento de redes sociais, por que, ao contrário do que afirmam Marconi e Pressotto (2013: 146), sobre o processo político, onde a “estrutura política caracteriza-se por tendências próprias, que permitem sua fácil identificação em relação à sociedade mais ampla”, muitas vezes ela se encontra nas entrelinhas dos mantimentos interpessoais e do congestionamento de trocas sociais.

### **Referência da obra analisada**

BARNES, J. A. “Redes Sociais e Processo Político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987: 159 – 194.

### **Referências**

ANTUNES, C. A história da análise de redes e a análise de redes em história. **Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol.2 – 2012, pp. 11 – 22. Disponível em: [www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11313.pdf](http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11313.pdf) Acesso em 07 de jun. de 2014.

BOTT, E. Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks. **Human Relations**, n. 8, pp. 345 – 385, 1955.

\_\_\_\_\_. “**Family and Social Network**”. Londres: Tavistock Publications, 1957.

COHN, B. A., MARRIOTT, M. Networks and Centres in the Integration of Indian Civilization. **Journal of Social Research**, n. 1, pp. 1 – 9, 1958.

FORTES, M. **The Web Kinship among the Tallensi**. Londres: Oxford University Press, 1959.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARCONI, M. A. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf. Brasília**, v.30, n.1, p. 71 – 81, jan./abr. 2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf) Acesso em 07 de jun. de 2014.

MAYER, A. C. The Significance of Quasi-Groups in the Study of Complex Societies. **The Social Anthropology of Complex Societies**. Londres: Tavistock Publications, pp. 97 – 122, 1966.

\_\_\_\_\_. System and Network: An Approach to the Study of Political Process in Dewas. **Indian Anthropology Essays in Memory of D. N. Majumdar**. Bombay: Serana Asian Publishing House, pp. 266 – 278, 1962.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU, 1974.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RADOMSKY, G., SCHNEIDER, S. Nas Teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.2, p. 249 – 284, maio/ago. 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/se/v22n2/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/02.pdf) Acesso em 7 de jun. de 2014.